

MARX CONFERENCISTA

NOTAS SOBRE A CONSTITUIÇÃO E O ENSINO DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Adriano Lopes Almeida Teixeira¹

Resumo:

Este artigo parte do pressuposto de que a crítica da economia política de Marx é legatária da inserção multifacetada daquele autor na vida social de seu tempo, seja pela via mais conhecida e explorada que foram seus estudos teóricos, seja pela sua prática política e pela sua atuação profissional como jornalista. Sua crítica, portanto, é o resultado da interação de diversos fatores, entre os quais pretendemos destacar uma faceta pouco explorada do autor, que foram seus momentos como conferencista, quando tentava sistematizar suas ideias e fazer chegar a um grupo restrito de interessados, pela via do ensino direto, os resultados das suas pesquisas teóricas. As duas conferências mais conhecidas proferidas por Marx, *Trabalho Assalariado e Capital*, de 1847, e *Salário, Preço e Lucro*, de 1865 serão analisadas tanto pela sua importância dentro da trajetória teórica de Marx rumo à constituição de sua crítica, quanto pela sua fecundidade para indicar elementos de apoio ao ensino da crítica da Economia Política.

Palavras-chave: Economia Política; Crítica da Economia Política; conferências; ensino de Economia.

Abstract:

This article starts from the assumption that a critique of Marx's political economy is the product of the multi-faceted insertion given by the author in the social life of his time, either by the most well-known and explored route that his theoretical studies were, or by his political practice and his professional performance as a journalist. His criticism, therefore, is the result of the interaction of various factors, among which we intend to highlight a little explored facet of the author, which were his moments as a lecturer, when he tried to systematize his ideas and to reach out to a restricted group of interested people, through direct teaching, the results of their theoretical research. The two best-known lectures given by Marx, *Wage Labour and Capital*, 1847, and *Value, Price and Profit*, 1865, will be analyzed both for their importance within Marx's theoretical trajectory towards the constitution of his critique, and for their fruitfulness of indicating elements to support the teaching of (criticism) of Political Economy.

Keywords: Political Economy; Critique of Political Economy; conferences; economics teaching.

¹ Doutor em Economia pela UFMG/CEDEPLAR. Professor Associado do Departamento de Economia e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

1. Introdução

Tem sido recorrente em seminários, congressos, simpósios ou em outros fóruns de menor formalidade um debate entre profissionais que lecionam a “economia de Marx”² sobre a dificuldade de exposição de um conteúdo tão complexo e fortemente lastreado em elementos filosóficos como a dialética. Para além das discussões sobre o melhor momento de apresentar aos estudantes aquele conteúdo, seja nos primeiros períodos do curso de Economia, seja na parte final, a preocupação central passa pela desconfiança de que, mais do que a maturidade necessária dos estudantes para absorver a discussão, mostra-se essencial desenvolver um roteiro de ensino que não queime etapas no processo cognitivo, permitindo a eles se apropriarem da riqueza daquele universo teórico e das possibilidades de aplicação ao entendimento do mundo.

Sobre este último tópico, ou seja, usar a economia de Marx para compreender a sociedade onde vivemos, o desafio ainda é maior, apresentando-se por uma dupla via. Por um lado, o estudo daquele autor requer uma forma de pensar apta a compreender as contradições como parte integrante da explicação do mundo, em vez de serem consideradas deformidades a serem combatidas pelo pensamento, à moda da perspectiva positivista. Por outro, o arcabouço conceitual da teoria de Marx difere em quase todos os sentidos do fornecido pela teoria econômica convencional que, por sua vez, mostra-se de mais fácil apreensão pelo estudante por conta do seu atrelamento à aparência. Mas isto não significa que seja apenas uma opção consciente de quem rejeita Marx antes de estudá-lo. Para Kofler (2010, p. 82), citando Vico, existem, de fato, dificuldades adicionais surgidas pela tendência que o entendimento tem de fragmentar a realidade unitária, o todo. Mais adiante, conclui que a “função fragmentadora do entendimento constitui o limite especial das ciências não dialéticas – e explica, também, a incompreensão da dialética.” (Kofler, 2010, p. 87).

Especialmente nos nossos dias, percebemos, de forma geral, um apreço por um pragmatismo infértil, por formas imediatas de apreensão da realidade que possam fornecer a sensação de poder manipular o mercado rumo a interesses previamente elaborados. É nesse sentido que Harvey (2013, p. 21) comenta que “uma das coisas curiosas do nosso sistema de ensino é que [...] quanto melhor for seu treinamento numa disciplina, menos habituado ao método dialético você será.” E acrescenta: “De fato, as crianças pequenas são muito dialéticas, veem tudo em movimento, em contradição e transformação.”

² Doravante, quando nos referirmos à disciplina em questão, não a chamaremos nem de economia marxista, nem de economia política, mas de Crítica da Economia Política (CEP).

Por isso que, por já estar de forma geral tão enlameado na sociabilidade do capital, o jovem estudante costuma estranhar a atitude de uma criança que impetuosamente se lança à prateleira de um supermercado para se apossar de um doce para o qual não possui o equivalente em dinheiro. Curiosamente, acertam no juízo que fazem quando, sem nenhuma reflexão crítica, consideram que uma criança age assim por ainda não ter recebido a devida educação, diga-se, formatação.

A teoria convencional seria, assim, de mais fácil adesão aos objetivos práticos do profissional de economia que precisa ganhar a vida dentro dos marcos da sociedade atual. Em suma, o estudante parece se sentir mais economista se sua base teórica de apoio for o *mainstream*. Com isso, o aluno desiste de Marx antes de começar a estudá-lo.

É como se a economia de Marx não servisse para nada, o que é corroborado pelo primeiro contato tido com o subtítulo de “crítica” da economia política, pois aí ele pensa não haver sentido algum em estudar algo construído para destruir a forma de vida presente. Crítica é entendido como algo destrutivo, no mesmo sentido como muitas vezes se pensa numa demolidora crítica feita por um crítico de teatro, de cinema, de cozinha, de literatura etc, o que é diferente do próprio sentido de crítica em Marx como uma operação de apropriação, rejeição e posterior suprassunção, em que, por um corte transversal ao objeto, conteúdos emancipatórios são preservados, chegando-se adiante a uma nova forma de explicação do mundo, uma nova teoria.

Nessa direção, faz todo sentido imaginar que o autor dessa teoria crítica tenha sido o primeiro a experimentar do seu próprio “veneno”. Antes de publicar algumas das suas obras, e principalmente antes da publicação de *O Capital*, Marx apresentou para um pequeno público suas descobertas científicas através de conferências, buscando esclarecer o funcionamento da sociedade capitalista, bem como a necessidade e os motivos para sua superação. Essa inclinação de Marx muitas vezes coincidia com momentos de paralisação de suas atividades teóricas, como se ele usasse os espectadores para revisar sua pesquisa e apurar melhor o sentido e o significado de suas categorias teóricas, numa relação simbiótica entre ensino e pesquisa, como indica Rosdolsky (2001, p. 22): “Também é possível que a atividade “pedagógica” de Marx - as aulas de economia que dava para amigos em casa, em 1850 - tenha estimulado a que retomasse os estudos teóricos.”

Um dos melhores testemunhos desse *modus operandis* consta nas memórias biográficas de Marx publicadas em 1896 na Alemanha pelo amigo e filósofo Wilhelm Liebknecht, ao dizer que, com o isolamento político imposto a Marx por ocasião de sua chegada em Londres, ele ministra cursos de economia para os amigos em sua própria casa, o que o mantém em contato com a teoria. O relato abaixo, embora extenso, é imprescindível, pois esclarece com riqueza de detalhes essa verve pouco iluminada de Marx.

Durante os anos de 1850 e 1851, Marx ministrou um Curso de Conferências sobre Economia. Não estava muito animado no início, mas depois de algumas lições privadas em um reduzido círculo de amigos, deixou-

se convencer a ministrar seus ensinamentos perante um auditório mais amplo. Ao longo do curso, que constituiu um profundo prazer para todos aqueles que tivemos a felicidade de assistir, Marx já desenvolvia completamente as bases de seu sistema, tal como hoje constam por escrito em *O Capital*. Na sala lotada da Aliança Comunista, ou Clube Educacional dos Trabalhadores Comunistas, [...] Marx exibiu um talento notável para a popularização. Ninguém detestava mais do que ele a vulgarização da ciência, isto é, sua adulteração, simplificação e desnaturalização; mas ninguém possuía maior capacidade que ele para se expressar tão claramente. A clareza da fala é fruto de um raciocínio claro, um pensamento claro requer uma forma clara. Marx procedia de forma metódica. Formulava uma frase – a mais curta possível – e em seguida passava a explicá-la em detalhes, evitando utilizar qualquer expressão incompreensível aos trabalhadores. Então ele solicitava que lhe fizessem perguntas. Se isso não era feito, ele começava a examiná-los, e fazia isso com tanta habilidade pedagógica que nenhuma lacuna, nenhum mal-entendido escapava dele. Quando manifestei minha surpresa com sua maestria, fui informado que ele havia dado conferências sobre temas econômicos na Associação dos Trabalhadores de Bruxelas. Em todo caso, reunia toda as qualidades necessárias para ser um bom professor. Ele também fazia uso de um quadro negro onde escrevia diversas fórmulas, entre elas aquelas que nos são familiares da parte inicial de *O Capital*. Pena que o curso tenha durado aproximadamente seis meses ou um pouco menos. (Liebknecht, 1975).

A análise das duas conferências mais conhecidas proferidas por Marx, *Trabalho Assalariado e Capital*, de 1847, e *Salário, Preço e Lucro*, de 1865, além de contribuir para iluminar a trajetória teórica de Marx rumo à constituição de sua crítica, pode indicar elementos tanto sobre as limitações enfrentadas pelo autor para transmitir aqueles conteúdos, quanto as estratégias por ele adotadas. Assim sendo, nas duas próximas seções analisaremos as duas célebres conferências proferidas por Marx: na segunda seção, *Trabalho Assalariado e Capital*, e, na terceira, *Salário, Preço e Lucro*. Na quarta e última seção, tentaremos realçar algumas lições que o Marx conferencista pode nos oferecer para pensarmos o ensino da crítica da economia política.

2) **Trabalho Assalariado e Capital**³

Deve-se destacar que o objetivo nesta seção e na próxima não é o de analisar com rigor as imprecisões, deficiências e avanços de cada uma dessas obras que foram publicadas como resultado das conferências, ou comparar o “nível” do Marx nesse momento em relação ao Marx maduro. Embora a análise de *Trabalho Assalariado e Capital* constitua momento importante da evolução do pensamento teórico de Marx, o que se pretende é destacar a forma que Marx entendeu como a melhor para transmitir seus conhecimentos de economia política aos operários (alunos) dado o domínio do conteúdo que possuía àquela altura.

Talvez de forma mais explícita que quaisquer outras obras, as duas conferências de Marx transformadas em livro, *Trabalho Assalariado e Capital* e *Salário, Preço e Lucro* representem a junção visceral de polos essenciais da crítica da economia política feita por ele, movida tanto por uma insatisfação com a filosofia de seu tempo, quanto pela motivação político-ideológica de

³ Usaremos a tradução brasileira contida no livro *Nova Gazeta Renana*, por nesta constarem os cinco editoriais originais publicados em 1849 no jornal de mesmo nome, sem as alterações feitas por Engels, embora com notas de rodapé sobre os acréscimos feitos por ele para a edição de 1891.

transformação socialista do mundo. Para o caso da obra em questão nesta seção, deve-se dizer que ela representava uma das primeiras tentativas de Marx de vivificar o esqueleto da filosofia clássica alemã a partir da atribuição de elementos teóricos capazes de, sendo bem compreendidos, mover a prática política em direção à transformação da ordem social vigente.

Se a perspectiva teleológica da história não recebe guarida em Marx, tratar-se-ia, pois, como já assinalado, de usar as armas da ação política para dar algum empurrão no processo de transformação de uma realidade, que foi por ele profundamente analisada em vários anos de intenso estudo dos economistas políticos.

Retornemos ao ano de 1844. Ali em Paris, Marx iniciava seus contatos com grupos socialistas e com as vanguardas da classe operária, e, com isso, também iniciava um processo de mudança da visão idílica que possuía, transformando sua concepção de classe operária em abstrato em outra com viés materialista que o acompanharia nas obras seguintes. Ao mesmo tempo, mergulhava nos estudos dos economistas clássicos, com leitura e anotações de trechos das obras de autores como Jean-Baptiste Say, Adam Smith, David Ricardo e James Mill, numa intensidade tal que preencheu nove livros de notas e citações, no que ficou conhecido como *Manuscritos de Paris*, escritos simultaneamente aos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Além dos autores acima citados, estudou outros como Skarbek, MacCulloch, Prevost, Destutt de Tracy, Schüz, List, H. F. Oslander, Buret, De Boisguillebert, Law e Lauderdale. (Marx, 2011, p. 184-186). Marx trabalhou intensivamente entre maio e agosto na elaboração dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* para os quais os *Manuscritos de Paris* serviam de base. A intensidade foi tamanha que Engels, que se encontrou com Marx em agosto de 1844, insiste em carta escrita cerca de dois meses depois, para que ele publicasse logo sua crítica que, como se sabe, somente ocorreria quinze anos depois com a *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

A partir daquele momento, já com conhecimento de economia política alargado, Marx começa a proferir palestras para artesãos e, de agosto até o final de 1844, assume influência decisiva nos rumos editoriais da revista *Vorwärts!*, um jornal radical publicado em alemão. (Jones, 2017, p. 189). Vê-se, pois, que, embora *Trabalho Assalariado e Capital e Salário, Preço e Lucro* sejam as conferências mais conhecidas, Marx procurou desde sempre intercalar seu variado rol de atividades teóricas, políticas e profissionais com outras ligadas à transmissão e ao ensino dos conteúdos de sua crítica da economia política. Ressalte-se, portanto, que as palestras e conferências proferidas por Marx eram antecedidas por intenso período de estudo dos temas que seriam apresentados, não se constituindo, portanto, como meros discursos motivacionais ou de condicionamento e inflamação das massas operárias, em que pese, como indica Engels (2010, p. 20) na *Introdução para a edição de*

1891, a pretensão de difundir a obra como folheto de propaganda. Em suma, teoria e propaganda na obra de Marx não são necessariamente excludentes.⁴

Em 25 de janeiro a revista é fechada e Marx recebe ordem de expulsão. Seu destino é Bruxelas, aonde chega em 02 de fevereiro de 1845. Lá, Marx daria continuidade aos seus estudos de economia política. Entre fevereiro e julho de 1845 escreve seis cadernos de anotações sobre conceitos elementares da economia política, que ficaram conhecidos como *Cadernos de Bruxelas*. Simultaneamente, estuda questões relacionadas à maquinaria e à grande indústria, além de ter iniciado, e não terminado, dois outros projetos: uma crítica a Friedrich List, economista alemão, defensor da proteção aduaneira como fonte de desenvolvimento econômico da Alemanha, e um conjunto de traduções de socialistas utópicos. Os dois projetos são abortados e, em 12 de julho de 1845, Marx e Engels vão para a Inglaterra realizar pesquisas para o livro prometido ao editor Leske. Permanecem a maior parte do tempo, entre 12 de julho e 21 de agosto, em Manchester, onde Marx escreve outros nove cadernos de citações, os *Cadernos de Manchester*, com extratos de Thomas Cooper, Thomas Tooke, John Ramsay McCulloch e John Stuart Mill, além de estudar os socialistas John Francis Bray e Robert Owen. (Musto, 2011, p. 36-37).

Ao retornarem da Inglaterra, Marx e Engels decidem que precisam dar continuidade ao balanço da filosofia alemã pós-hegeliana. Entre o final de 1845 e junho de 1846, escrevem juntos *A Ideologia Alemã*. Em 1846, Marx achava que concluiria o primeiro volume da sua Crítica da Economia Política até o final de novembro, o que não aconteceu. O atraso não ocorreu somente por conta de questões teórico-metodológicas, mas também devido às atividades políticas intensas desempenhadas por Marx em Bruxelas. De fato, em Bruxelas ele teve o seu primeiro contato com uma associação clandestina secreta de exilados alemães, a chamada Liga dos Justos. Ainda durante a elaboração de *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels são solicitados a prestar auxílio na reformulação das características da Liga. Estabelecem o Comitê de Correspondência Comunista, cujo objetivo era fomentar uma aproximação entre as várias ligas de trabalhadores na Europa com o fim de unificar as diretrizes teóricas e práticas do comunismo nesta região.

Paralelamente às atividades políticas, Marx trabalhava incessantemente, tendo escrito, entre o outono de 1846 e setembro de 1847, um conjunto volumoso de excertos relacionados à história da economia, divididos em três cadernos de citações. Simultaneamente aos seus estudos, Marx finaliza

⁴ Mandel exalta o caráter científico de *Trabalho Assalariado e Capital*, elencando-o juntamente com a *Miséria da Filosofia* e o *Manifesto Comunista*, pois, segundo ele, referindo-se ao conjunto destas obras, “não se trata mais de uma visão parcial da sociedade burguesa, com eixo principalmente ou exclusivamente sobre a miséria do proletariado. Trata-se de uma visão grandiosa, que examina as leis que fizeram nascer o capitalismo, que analisa seus méritos históricos (principalmente aquele de ter tornado possível a supressão de todas as classes, graças a um impulso prodigioso das forças produtivas) e que assenta o movimento operário e o movimento comunista sobre a base de uma análise que se quer rigorosamente científica, à base do materialismo histórico.” (Mandel, 1969, p. 54).

a *Miséria da Filosofia*, em abril de 1847, e em dezembro profere conferências na Associação dos Operários Alemães de Bruxelas que foram publicadas em um total de cinco editoriais no jornal *Nova Gazeta Renana*⁵, entre os dias 05 e 11 de abril de 1849, e depois reunidos em obra que ficou conhecida como *Trabalho Assalariado e Capital*⁶.

Como já advertimos, a presente seção tem como objetivo focalizar o caráter didático da obra, seu poder de difusão de pontos fundamentais da crítica feita por Marx, e não o estágio de amadurecimento das ideias deste autor refletidas nesta obra em relação ao conteúdo de *O Capital*. *Trabalho Assalariado e Capital* representou um salto gigantesco⁷ na evolução dos seus conhecimentos de economia política, mas, pelas suas imprecisões, equívocos e lacunas de fundo teórico-conceitual ainda se mantinha abissalmente distante dos requisitos mínimos para constituição da crítica que se consumaria nos *Grundrisse, de 1857-1858*. Reitere-se, assim, que as debilidades teóricas serão em alguns momentos mencionadas, mas não analisadas pormenorizadamente, pois, como já dito, não se busca aqui situar a obra no plano geral da evolução do pensamento de Marx, e sim lançar luzes entre a pesquisa feita por ele e a transmissão verbal dos seus resultados.

Ainda que se reconheça a possibilidade de alguma clivagem entre conhecimento teórico e atuação política, ou seja, que a classe operária poderia entender o apelo à mobilização política contida naquela obra sem entender os meandros da teoria⁸, não se deve dizer que Marx desdenhasse do rigor teórico necessário na exposição do seu pensamento. Ele mesmo não se lançava às atividades políticas sem o suporte do conhecimento científico necessário para embasar cada iniciativa. A resistência de Marx em participar dos projetos de preparação para a revolução guardava relação com a sua convicção de que era necessário antes compreender cientificamente a natureza e a estrutura de funcionamento da sociedade capitalista.

Essa constatação recrudescer a visão que Marx já defendia desde a década anterior, especialmente na *Nova Gazeta Renana*, de recusar o método pelo qual a revolução seria fruto de algum plano habilmente preparado, o que gerava forte oposição de quadros políticos aliados.⁹

⁵ Com a eclosão da Revolução de 1848, Marx é expulso da Bélgica no dia 03 de março. Volta para a França e alguns dias depois parte para Colônia, capital da Renânia, onde cria com Engels um jornal chamado *Nova Gazeta Renana*, com linha editorial destinada a orientar a revolução naquele país.

⁶ Segundo McLellan, “em fevereiro [de 1848] Marx começou a reelaborar estas palestras para serem publicadas, mas interromperia devido a sua expulsão da Bélgica.” O próprio Marx diz, em carta escrita a Engels em 03 de junho de 1864, que sua obra *Trabalho Assalariado e Capital* era “apenas uma versão impressa de palestras que ... tinha proferido em 1847 na Associação dos Trabalhadores de Bruxelas.” (Marx e Engels, 1985, p. 534).

⁷ De acordo com Mandel (1968, p. 56), “É em *Trabalho Assalariado e Capital* [de 1847] que Marx pressentiu pela primeira vez o essencial de sua teoria da mais-valia, sem utilizar esse termo e sem exprimir-se de maneira precisa.”

⁸ Para Althusser (1992), não existe esta questão, dado que os operários teriam maior facilidade para entender a teoria de Marx por conta da vivência diária que possuem com a exploração imposta pela classe capitalista. Voltaremos a este tema na última seção, parte 3.

⁹ O Comitê Central da Liga dos Comunistas de Londres envia uma carta à Direção Geral, em princípios de 1851, contendo ataques a Marx e Engels e explicando os motivos da divergência: “[...] A única diferença entre eles e nós com referência

O argumento que aqui tentamos desenvolver, ou seja, o de que as obras de Marx provenientes de conferências tiveram grande penetração no público-alvo¹⁰, podendo, portanto, ser um indicativo de caminhos mais didáticos para o ensino da CEP, encontram suporte nas indicações de Engels (2010, p. 20) de que na edição de 1891 da obra seria publicada numa tiragem não inferior a 10 mil exemplares destinada quase exclusivamente à propaganda entre os operários. Mais à frente, justifica que a única alteração que ele se sentiu legitimado a fazer, a saber, que o operário vende não o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, destinava-se apenas a esclarecer os operários e os burgueses. Os primeiros, para que vejam “que não estão perante uma simples questão de palavras, mas, ao contrário, perante um dos mais importantes pontos de toda a economia política.” Os últimos,

para que possam se convencer de como os operários sem instrução – para quem, com facilidade, os mais difíceis desenvolvimentos econômicos podem se tornar inteligíveis – estão imensamente acima dos nossos arrogantes homens “instruídos”, para quem questões tão complexas permanecem insolúveis durante toda a vida. (Engels, 2010, p. 21).

O tema central da análise de Marx em *Trabalho Assalariado e Capital* eram os salários. Havia uma razão de ser. Marx estava mais uma vez na iminência da eclosão de uma revolução que se iniciaria na França, mas se espalharia por vários países europeus. Portanto, em dezembro de 1847 o calor dos acontecimentos já impelia Marx a nutrir o movimento operário de um conteúdo teórico fundamentador de suas ações para além de quaisquer ideais utópicos de transformação social pela via da consciência. Por isso, no primeiro editorial, publicado em 05 de abril de 1849, ele diz: “abordamos sistematicamente essas relações apenas quando irrompiam imediatamente nas colisões políticas.” (Marx, 2010, p. 531).

Ressalte-se que Marx está no início de suas conferências para os trabalhadores fazendo uma retomada de como ele havia discutido até então, indicando genericamente objetivos, metodologia e bibliografia. “Tratava-se sobretudo de acompanhar a luta de classes na história cotidiana e comprovar empiricamente, com os materiais históricos disponíveis e os novos diariamente produzidos [...]”

aos princípios – quando ainda trabalhávamos juntos – era que esses homens afirmavam a necessidade de prosseguir por pelo menos durante 50 anos mais em oposição, isto é: de atuar de forma meramente crítica, enquanto que nós afirmávamos que com uma adequada organização de nosso partido seríamos capazes de impor já na próxima revolução as medidas tendentes à instauração da sociedade proletária.” (Enzensberger, 1999, p. 163-164).

¹⁰ Deve-se reconhecer que, por ocasião da primeira publicação dos artigos, em 1849, não houve a repercussão esperada junto aos leitores. Se em 1891, como nos informa Engels, a obra finalmente teve a penetração esperada junto aos círculos operários, não se pode acreditar que isso tenha ocorrido apenas pela curiosidade de suas ideias ou por ele ter se tornado figura consagrada nos meios políticos e sindicais alemães. Não será possível investigar aqui os motivos que explicariam uma melhor receptividade desta obra de Marx a partir das duas últimas décadas do século em que vivera, mas não seria descabido aventar a possibilidade de que o contexto político da época, a evolução histórica e o reforço dado por obras posteriores de Marx poderiam ter contribuído para tornar *Trabalho Assalariado e Capital* obra mais inteligível. Sobre esse reforço, falaremos mais adiante.

(Ibidem). O assunto a ser analisado e debatido tinha, portanto, de ser de interesse direto do auditório. Procura chamar a atenção dos ouvintes ao realçar a conexão com a realidade dos trabalhadores:

Agora, depois que nossos leitores viram a luta de classes se desenvolver, em 1848, em formas políticas colossais, é tempo de examinar mais minuciosamente as próprias relações econômicas nas quais se baseiam a burguesia e sua dominação de classe, assim como a escravidão dos trabalhadores. (Ibidem, p. 532).

Com efeito, o que Marx quer é atingir os seus estudantes. Não indica fórmula mirabolante para isto. Vemos este ponto como suficiente para desfazer qualquer impressão de que pretendemos encontrar no texto de Marx a revelação de recursos pedagógicos *hors concours*. Ele apenas diz que seu objetivo é “apresentar o assunto do modo mais simples e popular possível, sem dar como sabidos nem os mais elementares conceitos da economia política.” (Ibidem). Em seguida, anuncia que a exposição será feita em três grandes seções:

1. A relação do trabalho assalariado com o capital, a escravidão dos trabalhadores, o domínio dos capitalistas, 2. A inevitável ruína das classes médias burguesas e do campesinato sob o sistema atual, 3. A subjugação comercial e exploração das classes burguesas das diversas nações europeias pelo dêsposta do mercado mundial – a Inglaterra.

O passo seguinte é entrar no primeiro item do programa: “Passemos à primeira questão: O que é salário? Como é determinado?” (Ibidem). O primeiro editorial tentará responder apenas a primeira pergunta, ficando a segunda para o editorial seguinte que seria publicado em 06/04/1849. A partir daí, uma série de imprecisões que não apareceriam mais tarde em *O Capital*. Sem ainda ter rompido radicalmente com a teoria dos salários de Ricardo, Marx equivocadamente define os salários como “parte das mercadorias já existentes com a qual o capitalista compra para si uma quantidade determinada de trabalho” (Ibidem, p. 534), insurgindo ele contra a ideia de que o salário seja uma parte do próprio trabalhador nas mercadorias por ele produzidas. Refere-se ainda ao trabalho como a mercadoria vendida pelo trabalhador, e não à força de trabalho.¹¹ Mais adiante, no segundo editorial, tece a questão: “o que determina o preço de uma mercadoria?” (Ibidem, p. 537). Responde dizendo que o preço de uma mercadoria é determinado pelos seus custos de produção e que, portanto, a mercadoria trabalho terá seu preço determinado da mesma maneira. Logo, “o preço do trabalho será determinado pelos custos de produção, pelo tempo de trabalho necessário para produzir essa mercadoria, o trabalho.” (Ibidem, p. 540).

É visível a esta altura a filiação ainda substancial de Marx à teoria do valor de Ricardo, o que explica, em parte, sua constante remissão à categoria trabalho, em vez da categoria força de trabalho,

¹¹ Sobre a alteração realizada por Engels na edição de 1891, ao substituir o termo “trabalho” por força de trabalho, Teixeira (2014, p. 134-135) pontua que um dos problemas desse procedimento é que “as diversas aquisições metodológicas que permitiram Marx descobrir a categoria força de trabalho não estavam ainda postas quando da elaboração desta obra. Contrariava o adágio amplamente conhecido por qualquer judeu, que preconizava não deitar vinho novo em odre velho. Uma determinação do objeto, a força de trabalho, era arbitrariamente introduzida num ponto passado da teoria através de um desenvolvimento metodológico ocorrido no futuro.”

e à categoria valor de troca, em vez da categoria valor. Por outro lado, demonstra ter avançado rumo a uma teoria do capital, ao reconhecer, no terceiro editorial, que o capital é uma relação social de produção, mas ainda se mantém bastante distante de compreender a categoria capital como uma forma social, que seria o que lhe colocaria definitivamente distante daquilo que diziam os economistas, para os quais “o capital consistia em matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de subsistência de todo tipo [...] trabalho acumulado.” (Ibidem, p. 542). Marx parece flertar com essa visão do capital mais do que admitia ao dizer, um pouco mais adiante, e com certo tom conciliatório, que “**também** o capital é uma relação social de produção” e que “o capital não consiste **apenas** em meios de subsistência, instrumentos de trabalho e matérias-primas [...]” (Ibidem, p. 543, grifos nossos).¹²

Porém, mesmo com essa limitação, Marx chega a conclusões expressivas e esclarecedoras do papel subalterno e degradante da classe trabalhadora ante o capital, que é algo que se conserva e se multiplica “como poder social autônomo, isto é, como poder de uma parte da sociedade, pela troca com o trabalho imediato vivo.” (Ibidem, p. 544).¹³ Perto do final do terceiro editorial, entrega aos trabalhadores uma constatação crucial do posicionamento desta classe na relação entre capital e trabalho:

O capital só pode multiplicar trocando-se por trabalho, criando trabalho assalariado. O trabalho assalariado só pode trocar-se por capital ampliando o capital, reforçando o poder de que é escravo. Ampliação de capital é, por isso, ampliação do proletariado, isto é, das classes trabalhadoras.

Marx, portanto, segue desenvolvendo sua exposição no limite das aquisições teóricas e metodológicas que ele mesmo havia feito até aquele momento. Isto pode explicar a falta de sucesso imediato junto aos operários, pois a compreensão do verdadeiro inimigo requereria ainda anos de estudo sobre o capital. Se uma analogia pode ser feita, Marx estava ali tentando identificar o inimigo através de um retrato falado precariamente constituído sobre a sociedade do capital.

Para além dos seus avanços e insuficiências, importa ressaltar que a apresentação dos conteúdos embora tenha sofrido alguma formalização quando foi escrita em forma de editoriais para publicação, ainda espelhava um alto teor dos elementos didáticos próprios de uma sala de aula. É possível observar no transcorrer do texto que Marx faz uso de recursos modestos, embora fundamentais num processo de ensino, que não poderiam ser usadas se ele não abdicasse, ou pelo

¹² Sendo esta conferência de 1847, talvez seja possível dizer que o fracasso das revoluções do ano seguinte tenha estimulado Marx a avançar na compreensão da categoria capital para além da sua dimensão material, pois mostrava-se evidente que não bastaria destruir máquinas e equipamentos para conter o poder depredador do capital.

¹³ Nesse ponto, Marx avançava em relação a Ricardo, mas, sem ainda ter elaborado sua teoria da mais-valia mantinha-se em campo de análise semelhante ao de autores como Thomas Hodgskin (1983), considerado por alguns como um socialista ricardiano, que colocava o capital ora como os elementos do processo de produção (Ibidem, p. 314), ora como um “poder para usar o trabalho” (Ibidem, p. 335).

menos flexibilizasse, (d)as exigências de uma exposição formal pelo método dialético. Eis alguns elementos que evidenciam o caráter didático presente nos cinco editoriais:

- a) faz uso extenso de definições conceituais. Lança uma pergunta e, em seguida, apresenta a sua definição, repetindo mais algumas vezes aquela definição: “O que é o salário?”. (Ibidem, p. 532). Às vezes responde dizendo “o salário é ...”. (Ibidem, p. 533, 536); às vezes, acrescenta o que não é: “O salário, portanto, não é, portanto, uma parte do trabalhador ...”. (Ibidem, p. 534);
- b) busca popularizar a apresentação e criar aproximação com o público ao abandonar qualquer formalismo: “O burguês compra, portanto, seu trabalho com dinheiro. Por dinheiro, **vocês** vendem-lhe seu trabalho.” (Ibidem, p. 532);
- c) exemplifica a todo instante seus argumentos com situações familiares aos trabalhadores: “Tomemos um trabalhador qualquer, por exemplo, um tecelão. O burguês lhe fornece o tear e o fio. O tecelão senta-se para trabalhar e o fio torna-se tecido...”. (Ibidem, p. 533); “Tomemos um exemplo: um arrendatário paga a seu jornaleiro 5 vintens de prata por dia ...”. (Ibidem, p. 544).
- d) juntamente com os exemplos, lança comparações: “O servo pertence à terra e entrega os frutos da terra ao proprietário. O trabalhador livre, ao contrário, vende a si mesmo, e de fato por partes.” (Ibidem, p. 535);
- e) faz estudo de casos históricos, situações concretas: “No século XVI, o ouro e a prata circulantes na Europa multiplicaram-se graças à descoberta da América [...] Tomemos um outro caso. No inverno de 1847, graças a uma má colheita, os preços ...”. (Ibidem, p. 548);
- f) Abre espaço para visões opostas: “Assim dizem os economistas”. (Ibidem, p. 542). Ou, “Os economistas nos dizem, entretanto, que os trabalhadores tornados supérfluos pelas máquinas encontram novos ramos de atividade.” (Ibidem, p. 556);
- g) recusa a adoção de posições dogmáticas ao admitir a possibilidade de situações temporárias opostas ao argumento central defendido: “Mesmo a situação mais favorável para a classe trabalhadora, crescimento o mais rápido possível do capital, por mais que possa melhorar a vida material dos trabalhadores, não abole o antagonismo ...”. (Ibidem, p. 551).

Nos dois últimos editoriais, Marx abre o leque de algumas observações feitas nos anteriores, dando sinais de que ainda havia muito a se estudar: “O salário não é, de modo algum, determinado somente pela massa de mercadorias que posso trocar por ele. Outras relações devem ser consideradas.” (Ibidem, p. 547). Apesar de perceber o longo caminho de estudos que os temas ali discutidos ainda requeriam, com o que já havia alcançado era possível chegar a conclusões decisivas para os ouvintes: “Vemos, portanto, que mesmo permanecendo no interior da relação entre capital e trabalho assalariado, os interesses do capital e os interesses do trabalho assalariado se contrapõem diretamente.” (Ibidem, p. 550).

Como se pôde ver, não são muito diversificados os temas teóricos tratados por Marx em *Trabalho Assalariado e Capital*. Não se tratava de usar a plateia para testar seus argumentos, ou para dar vazão às questões investigativas que geralmente interessam mais ao professor que ao aluno, e que muitas vezes tende a direcionar a discussão na direção de projetos de pesquisa pré-estabelecidos, sem vinculação direta com as questões que assaltam os ouvintes. O tema privilegiado foram os salários e sua forma de determinação. Para isto, mobilizou ferramentas didáticas e também abordou superficialmente alguns temas adjacentes, sendo mais assertivo e menos prolixo do que geralmente se observa nos seus textos escritos para publicação.

Mas nem por isso, deixou Marx de ressaltar o caráter contraditório da sociedade capitalista e atingir o objetivo inicialmente proposto que era o de descrever de forma acessível, embora insuficiente, o modo de ser da sociedade capitalista, fornecendo aos trabalhadores uma base teórica sobre as leis que governam o funcionamento daquela sociedade. Se não perdia de vista o objetivo maior, também não abria mão da honestidade intelectual e do rigor científico necessário, assentando sua análise em situações concretas, e não abstratas. Por isso, termina as conferências com uma citação que reflete dialeticamente a essência contraditória da ordem capitalista:

crescendo velozmente o capital, cresce desproporcionalmente mais rápido a concorrência entre os trabalhadores, isto é, tanto mais minguam, relativamente, os meios de ocupação, os meios de subsistência para a classe trabalhadora, e não obstante o crescimento rápido do capital é a condição favorável para o trabalho assalariado. (Ibidem, p. 558).

Se nesta obra Marx elegeu como inimigos o que ele chama genericamente de economistas, será nas conferências de 1865 que ele, como fez com Proudhon em a *Miséria da Filosofia*, Vogt em *Senhor Vogt*, a família Bauer em *A Sagrada Família* e outros mais, identificará um interlocutor privilegiado logo de início: o cidadão Weston.

3) **Salário, Preço e Lucro**

Salário, Preço e Lucro foi publicada pela primeira vez em 1898 pela filha mais nova de Marx, em Londres, com o título *Value, Price, Profit*, e depois republicado como *Wages, Price and Profit*, em 1952. (Bottomore, 2001, p. 407). A obra resulta de conferências proferidas por Marx nos dias 20 e 27 de junho de 1865 no Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores.

O tema principal era o mesmo, os salários. Porém, em relação ao domínio dos temas da economia política, Marx encontrava-se em patamar muito superior ao conhecimento que possuía por ocasião de *Trabalho Assalariado e Capital*. Vale dizer, que Marx havia escrito os *Cadernos de Londres* entre 1850 e 1853, os *Grundrisse* em 1857-1858, a *Contribuição à Crítica da Economia Política* em 1859, os *Manuscritos de 1861-1863* e estava escrevendo os *Manuscritos de 1864-1865* quando proferiu as citadas conferências. Como informa Dussel (1990, p. 23), em 1865 Marx já estava

de posse de uma visão de conjunto do que seria sua obra futura. Seu discurso se fundava em vinte e dois anos de estudos (desde o longínquo ano de 1843 em Paris) e praticamente era resultado da análise de grande parte dos três livros da terceira redação de *O Capital*. Poucas vezes um político havia amadurecido teoricamente de maneira tão profunda uma decisão no nível da práxis.

Marx se manteve afastado das atividades políticas desde 1851, mas, a partir da década de 1860 retorna ao campo e participa das ações que resultaram na criação da I Internacional dos Trabalhadores, em 1864. Portanto, tratava-se naquele momento de reviver os mesmos propósitos das conferências que resultaram em *Trabalho Assalariado e Capital*, munindo a classe proletária de elementos teóricos mais bem articulados por já resultantes de uma crítica da economia política ainda não formulada em 1847, mas bastante avançada nos *Grundrisse*, de 1857-1858.

Embora dominasse amplamente o conhecimento das categorias econômicas componentes de sua crítica, bem como os níveis de abstração dentro dos quais aquelas transitam, Marx buscava apresentar suas pesquisas também por um formato popular de mais fácil alcance pelos trabalhadores. Dussel demarca precisamente aquele momento da evolução teórica de Marx quando, referindo-se ao ano de 1865, diz que

[...] dezoito anos não haviam decorrido em vão. Marx se encontra em pleno domínio de seu desenvolvimento teórico-dialético, e por isso pôde delimitar o conceito de salário a partir das categorias necessárias. Recordemos que Marx já havia escrito integralmente o livro I de *O Capital* (em 1863-1864), e também havia redigido de maneira definitiva (já que não fará avanços significativos no futuro) o capítulo 2 do livro III (toda a questão da passagem do valor ao preço de produção). No entanto, nesta conferência, Marx está em um nível muito mais concreto de abstração, muito mais próximo dos fenômenos, porque entra na exposição da questão da lei da oferta e da demanda em referência ao salário. [...] Marx argumenta que a oferta e a demanda não são a lei que regula a variação dos salários. [...] Isto implica que Marx tem já claro a conclusão do capítulo 3 do livro III sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro – que mostra que a oferta e a demanda são efeito e não causa das leis fundamentais. (Dussel, 1990, p. 104).

No que seria um profícuo recurso pedagógico, o cidadão Weston é então invocado como interlocutor privilegiado, embora, no fundo, estivesse Marx externando ideias resultantes dos seus embates recém-concluídos com Adam Smith e David Ricardo nos *Manuscritos de 1861-1863*, parte destes depois publicada como *Teorias da mais-valia*. Tratava-se, para Marx, de dar início a um processo de desconstrução de ideias cristalizadas no senso comum, de frágil embasamento científico, mas de forte apelo nas mentes reféns dos movimentos do mundo fenomênico.

A teoria do fundo de salários, segundo a qual os salários seriam uma grandeza fixa no universo da riqueza nacional, e a lei de ferro dos salários, expressão usada por Ferdinand Lassalle para ilustrar a ideia de que haveria uma lei de tendência de diminuição dos salários ao nível de subsistência física dos trabalhadores, tinham que ser desconstruídas para que Marx pudesse erigir no lugar sua já

aperfeiçoada teoria dos salários. Por isso, ele espera até o sexto capítulo para dizer: “Cidadãos! Cheguei ao ponto em que devo necessariamente entrar no verdadeiro desenvolvimento do tema.” (Marx, 1986, p. 153).

Como ele já tinha escrito a *Contribuição, em 1859*, e a primeira versão do Livro I de *O Capital entre os anos de 1863-1865*, obras que começam pela mercadoria, Marx recua alguns passos, e antes de falar do salário, trata de temas como mercadoria, valor de troca, valor, dinheiro e preço, até chegar à força de trabalho no capítulo VII: “o que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela.” (Ibidem, p. 159). Nos capítulos seguintes, Marx explica aos trabalhadores a categoria da mais-valia (no capítulo 8), busca desmistificar a ideia do salário como preço do trabalho (capítulo 9), demonstra que o capitalista pode ter lucro mesmo vendendo uma mercadoria pelo seu valor (capítulo 10), indica que a mais-valia aparece nas formas de lucro, juros e renda (capítulo 11) - temas que ele iria desenvolver em seguida ao voltar a escrever o livro III de *O Capital* – discorre sobre a relação entre lucros, salários e preços (capítulo 12), e reserva os dois últimos capítulos para enterrar de vez a teoria do fundo de salários.

Até o próprio John Stuart Mill, uma das fontes do cidadão Weston, tinha, como que numa crise de consciência ao final da vida, desistido da teoria do fundo de salários, por enxergar a luta de classes como elemento fundamental da determinação dos níveis salariais. Marx nunca teve a pretensão de esperar algum tipo de manifestação epifânica no seio da classe trabalhadora. Por isso, procurou fornecer aos que lhe assistiam elementos teóricos e empíricos para finalmente desnaturalizar conceitos e ideias que, por sua vez, tenderam a levar a classe trabalhadora ao imobilismo e à resignação. Faz isto nos capítulos 13 e 14, demonstrando que o “valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social.” (Ibidem, p. 181).

Ora, se assim é, as supostas leis universais que determinam os salários são desmanteladas, ficando claro que, se por um lado são os capitalistas que ambicionam aproximar os salários do mínimo necessário à subsistência dos trabalhadores, por outro, devem estes últimos reagir, pela luta constante, à voracidade dos instintos desumanos do capital. A relação de forças na luta entre as classes participantes do processo de produção fica estabelecida como elemento fundamental da determinação do salário. Mas, antes que os ouvintes se animem com as possibilidades de sucesso nas lutas diárias com o capital, Marx (Ibidem, p. 185) apresenta um dos resultados de suas pesquisas: “A tendência geral da produção capitalista não é para elevar o padrão médio de salários, mas para reduzi-lo”. Isto porque o capitalismo é regulado por lei internas que estimulam os capitalistas a substituir trabalhadores por máquinas. Por isso, a mensagem final de Marx (Ibidem) aos trabalhadores, no

sentido de que deveriam direcionar seus esforços não apenas “a uma luta de guerrilha contra os efeitos do sistema existente”, mas à “emancipação final da classe operaria, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado.”

Se em *Trabalho Assalariado e Capital* o tom moralista da crítica de Marx ainda é muito acentuado – o que o aproximava de autores ditos socialistas, como Thomas Hodgskin – em *Salário, Preço e Lucro*, Marx apresenta uma teoria crítica madura e esclarecedora da posição e do papel da classe proletária no processo de transformação socialista do mundo.

Assim como nas conferências de 1847, Marx buscou nas conferências de 1865 usar de artifícios pedagógicos para suavizar o peso natural de conteúdos tão densos. E isso com o agravante de que sua teoria, ao mesmo tempo que ficou mais pujante para desanuviar a intrincada rede de relações sociais capitalistas, ficou também mais complexa. Quanto ao peso didático, há elementos comuns entre as duas conferências, mas há também elementos diversos, relacionados às especificidades das duas obras. Destacaremos alguns aspectos que ressaltam a abordagem didática feita por Marx, desde a ordem da exposição dos conteúdos até os recursos usados:

- a) define um tema que estava na ordem do dia, os salários: “Reina atualmente no Continente uma verdadeira epidemia de greves e se levanta um clamor geral por aumentos de salários.” (Ibidem, p. 135);
- b) elege um alvo, o cidadão Weston e dedica os cinco primeiros capítulos para limpar terreno e criar espaço para apresentação de suas ideias, o que faz a partir do capítulo 6; isto lhe permitiu estabelecer desde o início dos trabalhos um sentido para o que estava por fazer, e assim, a cada risco de distração, bastava redirecionar os olhos de todos para a figura do cidadão Weston;
- c) escolhe apenas um tema ou dois para cada seção e os posiciona numa sequência lógica da mais simples para a mais complexa de forma a que, sem realçar a questão metodológica (as transições dialéticas entre elas), fique mais adiante esclarecidas suas inter-relações;
- d) a todo instante chama a atenção dos ouvintes com perguntas: “Por que a vontade do capitalista norte-americano difere da do capitalista inglês?” (Ibidem, p. 138); “Por que o capitalista só entrega o valor de 4 xelins por 5?” (Ibidem, p. 139);
- e) faz uso de exemplos intuitivos e externos ao conteúdo da conferência: “...recorrerei a um exemplo geométrico muito simples. Quando comparamos a área de vários triângulos das mais diversas formas [...] Temos que seguir o mesmo processo para os valores das mercadorias.” (Ibidem, p. 153-154);
- f) recorre extensamente ao campo empírico, com o uso de dados estatísticos de fácil assimilação pelos espectadores;

g) se mantem no campo de interesse dos trabalhadores, sem tentar desenvolver desde o início uma discussão que talvez satisfizesse muito mais a ele próprio: “... pois isso me obrigaria a percorrer todo o campo da economia política [...] Apenas posso [...] tocar os aspectos fundamentais.” (Ibidem, p. 153);

h) não se prende apenas ao desenvolvimento do seu próprio raciocínio, mas o interrompe se necessário e busca entender pelos “olhos do outro”, se antecipar para localizar aquilo que poderia impedir o ouvinte de se livrar de antigas concepções e de entender a nova abordagem: “No segundo dia de debate, nosso amigo Weston vestiu as suas velhas afirmativas com novas formas.” (Ibidem, p. 145); “Nosso amigo Weston faz seu o provérbio latino repetitivo *es mater studiorum* que significa: “a repetição é a mãe do estudo”, razão pela qual nos repete o seu dogma inicial soba a nova forma ...”. (Ibidem, p. 149).

Vê-se, portanto, particularidades nas duas conferências que marcam profundas diferenças em relação à fortuna editorial e à própria estrutura de *O Capital*. Mas não só isso. Os constantes adiamentos de Marx para publicar esta obra, as leituras equivocadas dos primeiros leitores, a relação com o público-alvo, o empenho de Engels em publicar resenhas da obra para torná-la conhecida, os conselhos do seu amigo Kugelmann para que ele fizesse modificações na obra por questões didáticas, os diversos prefácios e posfácios de Marx apresentando esclarecimentos, tudo isto são fatores que sinalizaram desde sempre a tendência de *O Capital* ou não ser compreendido, ou nem mesmo ser lido. Daí, por ser a obra-prima de Marx, o clímax de sua crítica, recurso indispensável para o processo de compreensão do modo de ser da sociedade capitalista, material central e inescapável de estudo na disciplina CEP, teceremos algumas considerações na próxima seção sobre a forma de apresentação dos conteúdos relativos à disciplina costumeiramente conhecida nos currículos dos cursos de Economia como “Economia Política”.

4) Sobre o ensino da Crítica da Economia Política

Ao comparar as duas conferências com *O Capital*, é evidente que não se pretende aqui colocar em pé de igualdade obras que nasceram e se construíram em contextos tão distintos. Mas também é evidente que há elementos comuns, especialmente o fato de que toda obra de Marx carrega o gene da transformação radical da sociedade capitalista, sem o qual não se pode compreender o sentido de sua crítica.

O ponto de partida para o ensino de *O Capital* já é algo controverso, pois a escolha do por onde começar implica em determinados desdobramentos para a sequência de um programa de ensino

de CEP. Isto é válido ainda mais porque o próprio Marx (1996, p. 129) identifica um atoleiro¹⁴ no início de *O Capital*. Diz ele, no prefácio da primeira edição de: “Todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência. O entendimento do capítulo I, em especial a parte que contém a análise da mercadoria, apresentará, portanto, a dificuldade maior.” Percebendo a aridez da empreitada, Marx escreve a Kungelman, em 30 de novembro de 1867, sugerindo que ele oriente a esposa a iniciar a leitura do livro 1 pelos capítulos ditos históricos, a saber, os que tratavam dos seguintes temas: a jornada de trabalho, a cooperação, a divisão do trabalho e manufatura e a acumulação primitiva. (Marx e Engels, 1987, p. 490).

Diga-se mais uma vez que o que se busca é extrair daquelas obras resultantes de conferências elementos sobre o ponto de partida que possam sinalizar caminhos alternativos de transmissão da riqueza conceitual contida em *O Capital*, sem desconsiderar as especificidades de todas elas. Com efeito, o resgate das conferências permitiu vislumbrar um Marx apto a lançar a carga do navio ao mar ante o objetivo de preservar as vidas, ou seja, capaz de fazer concessões metodológicas, de flexibilizar alguns aspectos do rigor científico típicos de seus escritos para alcançar o objetivo maior.

4.1 – Seguir a trilha que começa pela mercadoria?

Se em *O Capital* Marx começou pela mercadoria, por que não fazer o mesmo em um curso de CEP? É o que geralmente se faz nos cursos de economia política pelo Brasil afora, possivelmente como reflexo de uma tendência crescente de se afastar dos antigos manuais de economia política, muitos deles panfletários e reféns de uma visão dogmática do marxismo, preocupados mais com a divulgação de teses deterministas sobre o advento inexorável da sociedade socialista.

A ideia subjacente é que percorrer os capítulos de *O Capital* na ordem como eles aparecem no índice representaria uma forma fiel de não mais transgredir o espírito do pensamento de Marx. Este roteiro de ensino, embora tenha seus méritos, apresenta problemas e desvantagens que serão analisadas mais adiante.

De fato, as sinuosidades do caminho percorrido por Marx até colocar a mercadoria como ponto de partida da exposição não são de fácil compreensão, coincidindo com o momento em que Marx finalmente se achou pronto para trazer sua obra magna à luz. Se por um lado, por questões metodológicas, ele evitou a todo custo publicar a sua obra até que se sentisse portador das condições necessárias, por outro, não titubeava em fazer apresentações públicas de suas pesquisas numa ordem temática bastante diferente da que iria aparecer em *O Capital*.

¹⁴ Sobre isto, diz Harvey (2013, p. 18): “Na prática, isso significa que você tem de perseverar como um louco, em particular nos três primeiros capítulos, em que não se sabe muito bem o que está acontecendo, até ter uma noção mais clara das coisas, à medida que avança. Só então você começara a perceber como esses conceitos funcionam.”

A história da concepção desta obra e sua publicação encerram um amplo espectro de idas e vindas, mudanças e adaptações de diversas ordens, em que o autor se mostrava incomodado com a melhor forma de exposição de suas descobertas. É mais do que apenas se fazer inteligível ao seu público. Marx tentava obedecer às exigências de um método de exposição que não transfigurasse o real, mas que fosse a representação do concreto no plano das ideias, no plano teórico. Foi por isso que, ao terminar os dois capítulos da *Contribuição*, não avança para o terceiro, o sobre o capital, e explica o ocorrido a Lassalle, em carta de 12 de novembro de 1858, dizendo que a demora no envio do manuscrito deveu-se principalmente ao seguinte fato: “tinha toda a matéria diante de mim, mas toda minha preocupação era com a forma (...) Não aspiro à elegância de estilo.” (Marx e Engels, 1983, p. 354).

Desde os *Grundrisse*, de 1857/1858, são várias as modificações de Marx no plano de sua obra, elaborando novos índices da obra que ele ainda estava escrevendo. Como para este autor o método não tem uma determinação prévia, precisando, assim, seguir o objeto pesquisado, Marx, à medida que avançava, fazia pequenos resumos dos resultados de sua pesquisa e procurava sistematizar os próximos passos dos seus trabalhos. Claramente, os resumos não corroboram a ideia de um método a priori, mas eram apenas tentativas de sistematização em um momento em que a elaboração teórica ainda não estava pronta para publicação, podendo ser revista e modificada a todo instante.

Fato é que Marx segue até os últimos dias de sua vida propenso a fazer as modificações necessárias em sua obra que refletissem as contínuas transformações da dinâmica social, um objeto em permanente movimentação e que, portanto, exigiria um método apto a captar as contradições próprias da realidade. Suas análises costumavam partir da categoria valor. Somente ao final dos *Grundrisse* Marx aponta que a mercadoria deveria estar no início da pesquisa, o que vai acontecer já na obra seguinte, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859.¹⁵

Depois de trabalhar intensivamente em suas pesquisas, tanto no *Manuscrito de 1861-1863*, quanto nos *Manuscritos de 1864-1865*, Marx publica *O Capital* em 1867. Como ele explicaria nos diversos prefácios e posfácios das edições seguintes da obra, efetuou modificações, segundo ele, pontuais¹⁶, visando tornar o texto mais acessível ao público. Portanto, não se pode duvidar que Marx tentou achar uma posição intermediária entre o rigor necessário da exposição teórica e uma narrativa didática e mais simplificada para atingir o público alvo de sua obra, a classe proletária. Sobre isso, escreve no prefácio da edição francesa de 1872: “Aplaudo a sua ideia de publicar a tradução de *O Capital* em fascículos. Dessa forma, a obra será mais acessível à classe operária e, para mim, isso é mais importante do que todo o resto.” (Marx, 1996, p. 143). Em seguida, reconhece o problema:

¹⁵ De Paula (2008), no artigo *O “Outubro” de Marx*, descreve a saga de Marx para colocar a mercadoria como ponto de partida da exposição de sua teoria.

¹⁶ No posfácio da segunda edição de *O Capital*, Marx diz: “Seria inútil entrar detalhadamente nas modificações, muitas vezes apenas estilísticas, de trechos do texto.” (Marx, 1996, p. 133).

Esse é o lado bom, mas é preciso considerar o reverso da medalha: o método que utilizei e que ainda não havia sido aplicado aos assuntos econômicos torna bastante árdua a leitura dos primeiros capítulos, e é de se temer que o público francês, sempre impaciente em chegar às conclusões e ávido em conhecer a conexão entre os fundamentos gerais e as questões imediatas que o apaixonam, venha a desanimar em prosseguir a leitura porque tudo não se encontra logo no começo. (ibidem).

De forma geral, parece que os comentários otimistas de Marx quanto às dificuldades de compreensão da obra são mais frequentes do que os pessimistas. No prefácio da primeira edição, de 25 de julho de 1867, diz: “Por isso, com exceção da parte relativa à forma do valor, não se poderá acusar este livro de ser de difícil compreensão.” De forma ainda mais entusiasmada, menciona no posfácio da segunda edição, escrito em 24 de janeiro de 1873: “A compreensão que *O Capital* rapidamente encontrou em amplos círculos da classe operária alemã é a melhor recompensa de meu trabalho.”

A missão de Marx em *O Capital* era mais complexa que a das duas conferências. Em grande sentido, a distinção implica na própria distinção feita por ele entre método de investigação e método de exposição, embora se deva ressaltar o cuidado de Marx a certa altura com o ordenamento das categorias em *Salário, Preço e Lucro*.

No ensino da CEP que parte diretamente do capítulo 1 de *O Capital* subjaz o entendimento de que o método poderá ser entendido durante o percurso, opção esta de alguma similaridade com a de quem se propõe a trocar um pneu do carro com ele em movimento. Dado o rigor metodológico presente em *O Capital*, não se deve subestimar as dificuldades de se explicar para os iniciantes as diferenças entre o movimento real da história e o desenvolvimento lógico que reflete de forma abstrata o processo histórico real, sendo que este último só pode ser compreendido se as conexões internas do processo lógico forem esclarecidas.

O risco para quem procura seguir rigorosamente a sucessão dos capítulos de *O Capital* é perder navegantes ao longo do caminho.¹⁷ A necessária análise conceitual do capítulo primeiro pode transmitir a ideia de que toda a obra tenha a mesma configuração. Se essa for a opção, algumas lições didáticas das conferências precisam ser recuperadas. Na verdade, mesmo em *O Capital*, Marx abandona aparentemente o processamento lógico-categorial para se apoderar de dados empíricos e elementos concretos diversos que abasteçam as transições dialéticas ainda por fazer. É o caso de suas digressões sobre a jornada do trabalho.

Ainda pela metáfora do carro em movimento, talvez o professor da disciplina precise, mais do que Marx em *O Capital*, picotar a viagem, fazer paradas estratégicas para abastecer, olhar o movimento dos outros carros e observar se todos os passageiros estão presentes e aproveitando a

¹⁷ No mesmo sentido, Harvey (2013, p. 18) destaca essa possibilidade, pois “só entendemos plenamente como esses conceitos funcionam no fim do livro!”.

paisagem. Isto significa recortar algumas temáticas, recobrar outras, recolher elementos da conjuntura econômica e política, se aproximar do campo de interesse dos alunos, capacitando-os para viajarem até a próxima parada, quando outros conteúdos lhe serão apresentados.

Picotar a viagem seria dividir o conteúdo a ser estudado em temáticas prévia e estrategicamente definidas, tanto pela atualidade das questões, quanto pelo maior potencial de aderência aos interesses imediatos dos alunos. Isto poderia ser feito sem ferir o campo de estudo inato da crítica da economia política, a saber, a sociedade burguesa. Um programa de estudos configurado dessa maneira poderia representar uma aparente fuga do núcleo essencial da disciplina. Porém, seria apenas uma concessão inicial que permitiria um retorno mais adiante aos objetivos fundamentais da disciplina.

Começar pela mercadoria e rastrear os desenvolvimentos categoriais subsequentes tem a vantagem de fornecer um bom liame ao modo de Marx expor sua teoria, mas tem a desvantagem de prender o estudante numa problemática que só apareceria com nitidez para ele em algum ponto futuro, gerando um desgaste que poderia comprometer a apreensão gradual de fenômenos contemporâneos do capitalismo, que são os de maior atrativo para o estudante de economia em sua etapa inicial de estudos. O estudante teria que praticamente já possuir um interesse prévio em Marx antes mesmo de estudá-lo.

Note-se que, embora se possa ver uma sequência em *Salário, Preço e Lucro* que parte da mercadoria, ela só acontece a partir do capítulo 6. Este procedimento poderia desfazer um incômodo que acometeu até mesmo um estudioso experiente de Marx como Harvey (2013, p. 19), que insinua ter havido arbitrariedade na escolha da mercadoria como ponto partida, pois, segundo ele, Marx “apenas começa com a mercadoria, e ponto final.” Com efeito, se o estudante chega ao final, não somente do livro I, mas do III, perceberá a estrutura sistemática¹⁸ da obra em que a mercadoria nunca foi apenas ponto de partida, mas também de chegada, com o advento do capital portador de juros como uma mercadoria especial, categoria fundamental para compreender a plethora financeira que caracteriza o capitalismo fenômeno contemporâneo.

Independente da escolha do por onde começar e da trilha a ser percorrida, Marx deixa evidente que a realidade da vida material, com suas vicissitudes, desafios e mistificações, deve ser o objeto a ser analisado e discutido. Em ambas as obras, *Trabalho Assalariado e Capital* e *Salário, Preço e Lucro*, Marx não parte de um plano abstrato, sem potencial de transformação da realidade. De alguma maneira, a CEP precisa tomar proveito do forte apelo que o mundo concreto e imediato exerce sobre o estudante, sempre ávido pela aplicação imediata das ferramentas científicas que lhe são ensinadas, para apresentar uma forma nova e revolucionária de compreensão da realidade social.

¹⁸ Sobre esta questão, vale conferir o artigo de Muller e Paulani (2012).

4.2 – A necessidade (ou não) de aportes teóricos prévios à CEP

A rigor, numa primeira impressão, a proposta de se buscar aportes teóricos antes de entrar em *O Capital* guarda semelhança com a proposta que o próprio Marx recusou, a saber, a de discutir as formas do conhecer antes do próprio conhecer. Diz ele no prefácio da *Contribuição*: “Suprimo uma introdução geral que havia esboçado, pois, graças a uma reflexão mais atenta, parece-me que toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar ...”. (Marx, 1986, p. 24).

Por outro lado, a familiarização com questões epistemológicas pode fornecer ao estudante elementos teóricos para minimizar o estranhamento que geralmente se apresenta diante do método dialético de Marx. Se *O Capital* foi o resultado de décadas de estudo, escrito por um filósofo abastecido de vastíssimo caldo cultural, que se apropriou do amplo conhecimento científico legado pelos economistas políticos de sua época, tudo isto forjado no calor de uma variedade de fatos políticos e econômicos, não se pode esperar que um jovem estudante tente penetrar desarmado os largos muros que obstruem o acesso àquela obra.

A escolha por buscar robustecer o conhecimento teórico do estudante, por exemplo, com aportes de filosofia da ciência, economia clássica ou outros conteúdos antes de iniciar o estudo do capítulo 1 de *O Capital* não significa violar o método dialético. Mesmo Marx, em *Salário, Preço e Lucro*, só iniciou sua exposição a partir da mercadoria depois de ter colocado as noções equivocadas do cidadão Weston como ponto de partida.

Mais uma vez, recorrendo à diferença entre investigação e exposição, deve-se argumentar que se esta última tinha que ter um ponto de partida específico, concreto, que foi a mercadoria, a investigação não pode ser pré-determinada, pois não se conhece previamente o que ainda está por ser descoberto. Na investigação, o ponto de partida é aleatório, muitas vezes casual. Entretanto, no processo de ensino da CEP, o objeto já está determinado, que é a teoria de Marx. O que não estão determinadas são as mediações entre o conhecimento da teoria de Marx e sua aplicação para interpretar e compreender o capitalismo contemporâneo. Para esta última missão, sim, a reconstituição do real precisaria resguardar em certa medida as exigências postas pelo método dialético. Na prática, em sala de aula, faz-se a todo tempo transições entre investigação e exposição, sendo muitas vezes contraproducente estabelecer distinção entre um e outro no nível da graduação.

O estudo de questões relacionadas à filosofia da ciência ou aos economistas que foram parte da matéria-prima usada por Marx para fazer sua crítica poderia, como numa espécie de nivelamento, preparar o estudante para adentrar em *O Capital*, além de gerar questões e dúvidas que fomentem o

interesse pela forma como aquele autor respondeu a todos, como ele se contrapôs aos filósofos e aos economistas de sua época.

Considerações Finais

A despeito dos formatos impostos pelas instâncias educacionais superiores, a CEP guarda particularidades. A principal delas talvez seja sua necessária e permanente abertura ao novo, às transformações, a uma forma de pensar livre para captar o emaranhado complexo formado pela teia das relações sociais capitalistas. Isto significará, certamente, colisões no meio do caminho, pois nem sempre o estudante de CEP conseguirá romper as cordas que lhe prendem à sociabilidade do capital, por imaginar que seja a única possível. Não é algo sempre indolor. São dores de parto permanentes para o professor, que chegam ao seu ápice quando o semestre letivo termina e se verifica que o estudante preferiu permanecer no ventre, acomodou-se sem esboçar nenhuma inquietação. Se ao menos ele experimentasse sair de lá, olhar para fora, examinar outro mundo para além do ventre e, mesmo assim, para lá desejasse retornar, pelo menos alguma ruptura teria sido feita e a missão de ensinar teria se realizado.

Recordando Lukács, “O homem é em si um complexo, no sentido biológico; mas como complexo humano não pode ser decomposto; por isso, se quero compreender os fenômenos sociais, devo considerar a sociedade, desde o princípio, como um complexo de complexos.” (LUKÁCS, 1969, p. 16). A CEP acolhe esta advertência e reivindica a centralidade da categoria da totalidade – o que implica que fatiamentos dos seus conteúdos podem resultar em possíveis prejuízos para a compreensão do seu sentido. Mas não se diga que *Trabalho Assalariado e Capital e Salários, Preços e Lucros* representaram cortes arbitrários da totalidade social, pois até mesmo esta precisa de um ponto de partida, embora não arbitrário. As citadas conferências representaram o que Marx tinha de melhor em termos de teoria crítica para um determinado público, um determinado momento histórico e um determinado local. Referiram-se a um aspecto determinante do complexo social capitalista: o trabalho assalariado.

Para além de indicar um aspecto recorrente em obras de Marx, marcadas pelo seu caráter inacabado, o “continua” de Marx ao final de *Trabalho Assalariado e Capital* deixou claro que outros aspectos da totalidade ainda tinham que ser investigados. Mas, para aquele momento, ficava claro que os seus ouvintes saíam nutridos dos conteúdos científicos necessários à causa operária. A CEP precisa sempre atender aos reclames do momento, mostrar-se resiliente frente ao caráter mutável da realidade social. E, ao ser discutida em sala de aula, não pode perder de vista o longo caminho pela frente, pois, se se estagnar, deixa de ser crítica e passa a ser adesão.

Da mesma forma, a CEP não pode se tornar um fim em si mesma. Como em *Salário, Preço e Lucro*, não pode deixar de incomodar os saberes cristalizados, petrificados no imaginário social, tipificados na figura humana do cidadão Weston. Marx sempre foi dialogal, nunca passivo e distante do conhecimento científico justificador da ordem social de seu tempo, por entender que aquele conhecimento era um dos principais insumos de sua crítica. Talvez por isso o uso insistente e zombeteiro do termo “cidadão”. Apesar do sentido moderno que o define como alguém que luta continuamente por sua cidadania, designa também aquele que já foi aceito, chancelado pelo sistema, e que, por já ter encontrado seu espaço na sociedade vigente, adota postura passiva, meramente contemplativa ante as injustiças sociais.

A CEP, portanto, precisa inquietar, discutir temas que estejam na ordem do dia, que tenham o condão de aquiescer, mas também de constranger seus espectadores imediatos. Por isso, por não estar tratando em suas conferências de um mundo utópico, Marx não economizava no uso de elementos empíricos, pois tratava-se de limpar o terreno para então apresentar uma nova teoria.

O estudante não avançará na CEP sem as ditas rupturas, o que implica em fazer algumas renúncias a percepções de mundo já constituídas em sua mente. Se isto não acontece na graduação, tampouco acontecerá numa pós. E quando “ileso” a ela chega, não será com interesse na CEP, mas em temáticas ligadas a macro, micro e outros campos da economia. Igualmente, o expositor terá que discernir as possíveis renúncias metodológicas e também de eventuais conteúdos teóricos que podem ser feitas. Desde que não fira mortalmente o sentido da crítica de Marx, uma renúncia de ocasião pode significar a manutenção do interesse do estudante pelo tema, podendo ele mais adiante, na tal pós-graduação por exemplo, voltar com mais aptidão ao conteúdo que para ele apenas se postergou.

Se alguma opção nos pareceu ser a potencialmente mais eficaz para o ensino da CEP, esta seria a estratégia de, sem violar o método de Marx, começar pela investigação de um conjunto recortado de temas atrelados à necessária compreensão do capitalismo contemporâneo.¹⁹ Isto, por si só, ajudaria a combater o preconceito comum carregado pelos alunos que entendem que vão apenas estudar o revolucionário Marx, e não o objeto de estudo dele (o capitalismo). Dessa forma, também seria possível já de início iluminar o caráter estranhado da sociedade capitalista, para, num momento seguinte, ou até mesmo em momentos específicos ao longo do estudo daqueles temas, analisar o desenvolvimento categorial que parte da mercadoria e avança até categorias mais avançadas que sejam fundamentais para compreensão da atual etapa do capitalismo. O modelo didático adotado por Marx em *Salário, Preço e Lucro* parece estar mais próximo disso.

¹⁹ Como sugere Paro (2022, p. 18-19), “com relação a *O Capital*, se quero evitar mal-entendidos e ser coerente com o sentido revolucionário da obra, não me basta simplesmente saber o que Marx disse ou quis dizer; é preciso buscar naquilo que ele disse o que considero que corresponde de tal forma à realidade que posso ter esse conteúdo como meu conhecimento próprio, tendo condições e legitimidade de propala-lo e defende-lo com base na razão e na realidade, não na autoridade de quem disse.”

Revisitar a temática do ensino da CEP a partir das conferências de 1847 e 1865 representou aqui apenas uma tentativa de arejar o debate, de trazer novos olhares sobre o processo de ensino daquele conteúdo, que muitas vezes entra num automatismo decadente que impede a autorreflexão, em função de um conjunto de fatores que precarizam a tarefa de ensinar, tornando-a apenas um pedágio, uma obrigação dentre tantas outras que o professor possui. Em certo sentido, prescrever caminhos para o ensino é como aconselhar formas de se educar um filho, para o quê não há ponto de partida ideal, mas apenas empréstimo de paradigmas conhecidos, dado que cada ser humano é único, assim como também o é cada momento histórico.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Guía para leer el Capital**. Revista de Filosofia y Teoria Social. Buenos Aires, ano 1, nº 2, 1992. Tradução: Dario Diaz. Disponível em <https://www.marxists.org/espanol/althusser/1969/guia.htm>. Acesso em 10 fev. 2020.

ARTHUR, Cristopher. **The myth of “simple commodity production”**. Tradução de Jadir Antunes. Revista Eleuthería. Campo Grande, v. 4, nº 7, p. 173-186, 2019. Título original: O mito da “produção simples de mercadorias”.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

DE PAULA, João. A. **O “Outubro” de Marx**. Nova Economia: revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 167-190, mai/ago de 2008.

DUAYER, Mário. & MEDEIROS, João Leonardo. **Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital**. Revista de Economia, v. 34, n. especial, p. 151-161, 2008. Editora UFPR.

DUSSEL, Enrique. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latino-americana**. México: Siglo Veintiuno, 1990.

ENGELS, Friedrich. **Introdução de F. Engels para a edição de 1891**. In: MARX, Karl. Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HARVEY, David. **Para entender O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

HODGSKIN, Thomas. **A defesa do trabalho contra as pretensões do capital**. In: LIST, Georg Friedrich. Sistema nacional de economia política; HODGSKIN, Thomas. A defesa do trabalho contra as pretensões do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983. P. 301-336.

LIEBKNECHT, Wilhelm. Karl Marx: Biographical Memoirs. Londres: Journeyman Press, 1975 [1901]. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/liebknecht-w/1896/karl-marx.htm>. Acesso em: 30 mar. 2020.

LUKÁCS, G. In.: HOLZ, H.H; KOFLER, L.; ABENDROTH, W. **Conversando com Lukács**. Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

JONES, Gareth Stedman. **Karl Marx: grandeza e ilusão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

- MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**. De 1843 até a redação de O CAPITAL. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MCLELLAN, David. **Karl Marx, vida e pensamento**. Petropolis: Vozes, 1990.
- MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política. Salário, Preço e Lucro. O Rendimento e suas Fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 2. ed., 1986.
- MARX, Karl. **O Capital**, livro I, v. I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. In: COTRIM, Lívia. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Educ, 2010.
- MARX, Karl. **Cuadernos de París (Notas de lectura de 1844)**. México: Editorial Itaca, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 40, 1983.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 41, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 42, 1987.
- MÜLLER, Leonardo. André Paes. P.; PAULANI, Leda Maria. **O capital portador de juros em o capital ou o sistema de Marx**. Trans/Form/Ação (UNESP. Marília. Impresso), v. 35, p. 69-91, 2012.
- MUSTO, Marcello. **A formação da crítica de Marx à economia política: dos estudos de 1843 aos Grundrisse**. Revista Crítica Marxista. São Paulo, n. 33, p. 31-65, 2011.
- PARO, Vítor Henrique. **O Capital para educadores: aprender e ensinar com gosto a teoria científica do valor**. São Paulo: 2022.
- ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- TEIXEIRA, Adriano. **A genealogia da mais-valia como caminho para compreensão da crítica da economia política**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, nº 51, setembro-dezembro 2018, p. 122-144.